Mala Direta Postal
Básica
9912345995/2013-DR/PR
CRC - PR
CORREIOS

Folha do CRCPR
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ

Ano 15 - fev./mar. 2015 - Edição nº 81

CRCPR afirma: Empresários

não são devidamente informados sobre mudanças tributárias

"As entidades que representam as empresas precisam informar melhor os empresários sobre acontecimentos envolvendo tributos e seus impactos nas organizações e na sociedade e verificar se há algo que ainda possa ser feito", foi o alerta da presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta, no debate que a entidade promoveu no dia 9 de março, com representantes da Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio), Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Federação da Agricultura do Paraná (Faep), Federação das Empresas de Transporte de Carga (Fetranspar), Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap), Ordem dos Advogados do Brasil-PR, Federação dos Contabilistas do Paraná- Fecopar, Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação-IBPT, Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas – Fenacon, Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas- Sescap-PR e o Sindicato dos Contabilistas de Curitiba-Sicontiba. Na pauta, aumentos de impostos nas esferas federal, estadual e municipais – medidas que vão causar recessão, quebradeira de empresas e desemprego, representando um retrocesso ao desenvolvimento do país.(Pág 04).

ENTREVISTA

O Imposto de Renda Pessoa Física

Tributo que esse ano está obrigando pelo menos 27,5 milhões de brasileiros a acertar as contas com o Leão, devendo gerar arrecadação de cerca de R$ 30 bilhões aos cofres da União, o Imposto de Renda Pessoa Física é o tema de entrevista com o conselheiro do CRCPR Laudelino Jochem, autor, com José Martins, da obra "A Lógica dos Tributos – Fundamentos Históricos e Filosóficos"(Pág. 06 e 07).

Remetente: Rua XV de Novembro, 2987 - Alto da XV - CEP: 80045-340 - Curitiba - PR

PARA USO DO CARTEIRO					
[ ] Mudou-se [ ] Endereço Insuficiente [ ] Falecido	[ ] Ausente [ ] Desconhecido	[ ] Não Procurado [ ] Recusado porteiro ou síndico	[ ] Inf. escrita pelo [ ] Não existe o nº indicado	Reintegrado ao serviço postal em:	Assinatura do Entregador

Parceiros das empresas e da sociedade na construção de um Brasil melhor

editorial

Lucelia Lecheta
Presidente do CRCPR

Herdamos do nosso santo padroeiro um verdadeiro estigma de profissionais responsáveis pela arrecadação de impostos. Mas o próprio Mateus, que trabalhava para o império romano em Cafarnaum, chegando a ser visto, conforme a cultura da época, como um pecador por isso, mudou a sua imagem ao se tornar apóstolo.

Estamos fazendo um grande esforço, com debates, como o realizado com as entidades representativas das empresas no Paraná, dia 9 de março no CRCPR, programando campanhas, para mudar de uma vez por todas essa imagem nefasta, que, de fato, atravessou séculos, chegando aos nossos tempos com o guarda-livros, que não fazia outra coisa mais importante a não ser preencher guias de pagamento de tributos, mantendo o fisco satisfeito, evitando punições às empresas.

Mas os tempos são outros. Nem precisamos nos tornar beatos, santos, para sermos vistos de outro modo. Diferentemente do passado, os bens materiais, os recursos financeiros não são mais tidos com qualquer relação com o mal; pelo contrário, são suporte para o desenvolvimento do bem social. Por outro lado, com a evolução da profissão contábil, cumprir as obrigações fiscais das empresas tornou-se apenas uma tarefa em uma ampla agenda de bons serviços que os profissionais da contabilidade podem oferecer.

É claro que essas mudanças dependem sim de uma postura nova dos empresários, que devem parar de nos ver como ligados ao fisco, inventores de obrigações, mas também dos profissionais, que precisam passar a apresentar as peças contábeis fundamentais à tomada de decisões das empresas.

Tanto não estamos a serviço do fisco, muito menos de governo nenhum, mas ao lado das empresas e da sociedade que, nos últimos tempos, as nossas grandes bandeiras têm condenado iniciativas oficiais que aumentam injustificadamente a carga de impostos, reivindicar uma reforma tributária e simplificação das burocracias que desestimulam o empreendedorismo.

Foi com esse espírito que, no último dia 9, com representantes da Fiep, Fecomércio, Faciap, Faep, IBPT, Fenacon, Sescap-PR, entre outras entidades de segmentos comerciais, industriais e profissionais em nosso estado, debatemos as recentes medidas governamentais que aumentaram tributos e alertamos que, além das consequências econômicas negativas, elas podem provocar graves perdas e desequilíbrios sociais imprevisíveis. Na verdade, a população brasileira já vem insatisfeita há algum tempo, com o ritmo lento da economia, a volta da inflação, aumento do custo de vida, carência de serviços essenciais como educação, segurança, saúde e transportes; com a incompetência administrativa dos governantes e escândalos de corrupção, a exemplo dos revelados pela Operação Lava Jato.

Somos parceiros das empresas e da sociedade na construção de um Brasil melhor. É como queremos ser vistos.

LUCELIA LECHETA

Conselho Regional de Contabilidade do Paraná
Rua XV de Novembro, 2987 - Alto da XV
Cep: 80.045-340 - Curitiba - PR
Fone/Fax: (41) 3360-4700
e-mail: crcpr@crcpr.org.br
site: www.crcpr.org.br

Composição da Diretoria

Presidente: Lucelia Lecheta

Vice-presidente: Marcos Sebastião Rigoni de Mello

Câmara de Controle Interno
Vice-presidente: Fernando A. Borazo Ribeiro

Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
Vice-presidente: João Gelásio Weber

Câmara de Registro
Vice-presidente: Sandro Di Carlo Teixeira

Câmara de Desenvolvimento Profissional
Vice-presidente: Elizangela de Paula Kuhn

Câmara de Desenvolvimento Regional
Vice-presidente: Mirandi José Bonissoni

Câmara Técnica
Vice-presidente: Moises Antônio Bortolotto

Relações Sociais
Vice-presidente: Narciso Doro Junior

Macrodelegados
Aguinaldo Mocelin • Hélio Francisco do Nascimento • Neiva Maria Dapont • Paulo Kazuo Yamamoto • Pedro Baraldi • Waldomiro Kluska

Composição do Plenário Efetivos
• Alberto Barbosa • Angelo Mocelin • Bento Rosa Junior • Carlos Augusto Bittencourt Gomes • Carlos Thadeu Fedalto • Elizangela de Paula Kuhn • Fabio Bonsenhor • Fernando Antonio Borazo Ribeiro • Gilmar Silvio Bachi • Ivo Destefeni • João Eloi Olenike • João Gelásio Weber • Laudelino Jochem • Lucelia Lecheta • Márcia Cristina de Almeida • Marcos Sebastião Rigoni de Mello • Mirandi José Bonissoni • Moises Antonio Bortolotto • Narciso Doro Junior • Narciso Luiz Rastelli • Ormelia Tereza da Silva • Osvaldo dos Santos • Paulo de Tarso Vieira Lopes • Paulo Kazuo Yamamoto • Roberto Aparecido Santos • Sandro Di Carlo Teixeira • Sergio Roberto Bebber

Composição do Plenário Suplentes
• Antônio Augusto Godoi de Oliveira • Antonio Moacir Pozzobon • Carlos Alfredo Muller • Cesar Alberto Ponte Dura • Claudio Renato Trevisan • Eliane Terezinha da Luz • Emani Habitzreuter • Eurides Von Muhlen • Francisco Savi • Gilberto Jorge da Paz • Helio Maia da Silva • Hylcineia Deisy da Silva Liboni • Jair Luiz Welter • Jean Corradini • Jessica Harumi Dallagrana de Oliveira • Juarez Paim da Silveira • Luci Isabel Oliari Lira • Luiz Fernando Martins Alves • Marcelo Scomparin • Márcia Cristina Sprada Rossetim • Marcio José Assumpção • Marcos Aurélio Custódio • Nilva Amália Pasetto • Paulino José de Oliveira • Rafael Benjamim Cargnin Filho • Reginaldo Rodrigues de Paula • Valmir Luckmann (in memoriam)

expediente

Folha do CRCPR
Órgão de divulgação do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná

Diretor Superintendente
Gerson Luiz Borges de Macedo

Redação
Joaquim Pereira Barros - 0921/06/62v-PR
Adriana Iaizzo Magalhães – MTB-09730/PR

Diagramação
Neilor Armond Lopes

Impressão: Gráfica Radial Ltda.
Tiragem: 32,3 mil exemplares

Comercial
imprensa@crcpr.org.br

Presidente do CFC realiza visita técnica ao CRCPR

A sessão plenária do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR) de 30 de janeiro contou com a ilustre participação do presidente do Conselho Federal de Contabilidade, contador José Martonio Alves Coelho, em seu segundo mandato à frente do CFC.

O presidente do CFC informou que, conforme planejado, está realizando visitas a todos os regionais do sistema com o objetivo de estreitar o relacionamento entre o CFC e os CRCs para ampliar a comunicação e identificar pontos em que o CFC pode contribuir para melhorar o desempenho dos regionais. As visitas tiveram início em setembro do ano passado pelo CRC da Bahia, onde destacou que os CRCs precisam ser fortalecidos cada vez mais porque "são os pilares da atuação do CFC no país".

Reunião plenária do CRCPR, realizada dia 30 de janeiro, na sede do CRCPR, em Curitiba

Balanço

Antes da avaliação do presidente do CFC, a diretoria do CRCPR apresentou um balanço detalhado das atividades da entidade. Segundo o relatório, o CRCPR, ao final do exercício de 2014, fechou o ano cumprindo 85,78% de seus projetos e planos de trabalho, com a utilização de recursos orçamentários no valor de R$ 15.238.355,71. Foram igualmente cumpridas as metas contábeis, financeiras e patrimoniais, conforme resultados superavitários do orçamento quanto às receitas realizadas, com percentual de realização de 93,23%, despesas liquidadas de 85,78%, superávit financeiro de R$ 8.641.995,67 e superavit orçamentário de R$ 1.323.252,74.

Além da presidente Lucelia Lecheta, fizeram explanamentos, na ocasião, o vice-presidente de Administração, Marcos Sebastião Rigoni de Mello; o vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina, João Gelásio Weber; o vice-presidente de Registro, Sandro Di Carlo Teixeira; a vice- presidente de Desenvolvimento Profissional, Elizangela de Paula Kuhn; o vice-presidente de Desenvolvimento Regional, Mirandi José Bonissoni; o vice-presidente de Relações Sociais, Narciso Doro Junior; o vice-presidente da Câmara Técnica, Moisés Antônio Bortolotto; o diretor superintendente Gerson Luiz Borges de Macedo e a gerente contábil-financeiro e RH, Celita Zaidovicz Paltanin.

Gestão atuante

"Não conhecia profundamente a presidente Lucelia, mas fiquei positivamente surpreso com a sua energia e disposição ao estarmos juntos por ocasião do lançamento do X Encontro Nacional da Mulher Contabilista no último dia 24, em Foz do Iguaçu", disse Martônio Coelho elogiando a presidente do CRCPR e os demais membros do Conselho por sua gestão extremamente atuante, no cumprimento do papel de viabilizar e fiscalizar a aplicação das leis e regulamentos a que os contadores estão sujeitos e na defesa dos interesses da classe contábil do Paraná.

Mostrando que acompanha de perto o que acontece no CRCPR, o presidente do CFC deu especial destaque ao primoroso trabalho dessa gestão na área de educação continuada, não só pela ampla oferta de cursos que vêm sendo oferecidos aos contabilistas de todo o estado, mas também pela qualidade dos eventos. Fez ainda uma avaliação minuciosa das contas do CRCPR e ressaltou os principais desafios da entidade frente à atual conjuntura econômica e fiscal do País, bem como diante dos planos para o ano corrente.

Coaf e registro de técnico

Ao comentar sobre outros assuntos, Martônio afirmou que o fornecimento de informações pelos contabilistas ao COAF, que tanta polêmica vem causando, tem um importante papel no âmbito da Lei n.º 9.613/98 e da Resolução CFC n.º1.445/13, cuja aplicação contribui para que as instituições sejam mais transparentes e para a redução da corrupção e o combate ao crime organizado. Já a extinção do registro para técnicos, lembrando que ele mesmo é um técnico, é necessária devido às mudanças que vêm ocorrendo quanto à qualidade da formação profissional na área contábil no País. Explicou que o objetivo é assegurar que os novos profissionais tenham a qualificação necessária para o bom exercício da profissão.

O presidente do CFC encerrou sua participação ouvindo agradecimentos, sugestões e o compromisso dos conselheiros e da presidente Lucelia para a contínua melhoria da atuação do CRCPR e do CFC e proferindo palavras de incentivo para que a atual gestão do CRCPR continue focada em instrumentalizar os contabilistas paranaenses para melhor cumprirem seu papel como profissionais, empresários e cidadãos.

Nomeações

Durante a plenária ocorreu ainda a formalização da nomeação do contador João Marcelino de Oliveira para a função de delegado regional do CRCPR, na cidade de Londrina, e do técnico Moinzés Aparecido Alves Ribeiro para a função de macrodelagado do CRCPR na região Norte do Paraná.

Vice-presidente do CRCPR Marcos Rigoni de Mello, presidente do CRCPR Lucelia Lecheta e presidente do CFC, José Martônio Alves Coelho

Entidades empresariais são chamadas a cobrar mudanças na área tributária

A perplexidade geral com o tsunami de medidas dos governos federal, estaduais e municipais para aumentar a arrecadação de impostos e cobrir o rombo das contas públicas – aumento de alíquotas de ICMS, aumento das alíquotas do INSS sobre Receita Bruta, mudanças na legislação do Simples, a defasagem da tabela do IRPF, entre outras – parece estar deixando empresários e entidades representativas sem saber que impactos analisar primeiro nem como reagir para amenizar as consequências para o setor produtivo.

"As entidades que representam as empresas precisam informar melhor os empresários sobre acontecimentos envolvendo tributos e seus impactos nas organizações e na sociedade e verificar se há algo que ainda possa ser feito". Este foi o alerta que a presidente do CRC-PR, Lucelia Lecheta fez na abertura do debate que a entidade promoveu ontem (9), reunindo representantes da Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio), a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), a Federação da Agricultura do Paraná (Faep), a Federação das Empresas de Transporte de Carga (Fetranspar), a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap), a Ordem dos Advogados do Brasil-PR, a Federação dos Contabilistas do Paraná- Fecopar, o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação-IBPT, a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas – Fenacon, o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas- Sescap-PR e o Sindicato dos Contabilistas de Curitiba-Sicontiba. "Nossas entidades têm sido um pouco omissas. Temos que nos posicionar de uma maneira mais forte", reconhece Paulo César Nauiack, da Fecomércio.

Ninguém fez a conta

Qual será o impacto da Lei nº 18371 na economia paranaense? Aprovada pela Assembleia Legislativa do Paraná, no final do ano passado, sob encomenda do governador Beto Richa, a lei altera as alíquotas do ICMS no estado, afetando de forma dramática alguns setores, como de supermercados e calçadista, encarecendo produtos com ICMS de até 25%, afirma a presidente do CRCPR. Começa a valer a partir de 1º de abril. Reconhecendo a urgência de mobilizar a opinião pública, Fábio Artigas Grillo, presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB-PR, sugere que se promova a ampla divulgação de uma lista com os 20 produtos de consumo cujos preços sofrerão impacto. Com apoio unânime das entidades presentes, os cálculos serão feitos pelo IBPT para que a lista seja divulgada o mais brevemente possível.

Próximo item da pauta, o Decreto 442, em vigor, desde 13 de fevereiro, determina o levantamento do diferencial de alíquotas dos produtos importados adquiridos em operações interestaduais, acarretando aumento de trabalho às empresas e de carga tributária às optantes do Simples.

Foi colocada em discussão ainda a MP 669, substituída por um projeto de lei em tramitação no Congresso, mas imbuído da mesma má intenção de mexer na desoneração da folha de pagamento, aumentando a alíquota do INSS sobre a receita bruta de muitas empresas. Um dos setores afetados é o de transportes de passageiros, que de alíquota de 1% passa a pagar 2,5%. Já empresas do setor hoteleiro, por exemplo, cujos gastos com pessoal ultrapassam 10%, podendo chegar a 40% conforme o porte e a classificação de serviços, terão as alíquotas majoradas de 2% para 4,5% sobre o faturamento. "Muitas empresas transformaram as vantagens da desoneração em aumentos de salários ou em benefícios aos funcionários que, por força da legislação trabalhista, não poderão ser retirados. Com a mudança, muitas empresas serão forçadas a demitir", lamenta Elizangela de Paula Kuhn, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRCPR.

Outra matéria preocupante, também em tramitação, é o projeto de lei complementar 448/2014, que aumenta o teto do Supersimples dos atuais R$ 3,6 milhões para R$ 7,2 milhões nas empresas do setor de comércio e serviços e para R$ 14,4 milhões nas indústrias. O argumento é que os limites atuais são baixos e não favorecem o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, que representam 99% das empresas brasileiras. Quanto ao temor de que essa legislação prejudique alguns setores, o presidente da Fenacon, Mário Elmir Berti, sublinhou: a Fenacon está acompanhando e vai cuidar que isso não aconteça.

A Lei 9.613/98, sobre a lavagem de dinheiro, que obriga alguns segmentos a comunicar operações suspeitas ao COAF; a tabela do IRPF, mal corrigida – segundo João Elói Olenike, presidente do IBPT, com uma defasagem de 63,72% -; a Nota Fiscal Eletrônica de Consumidor, que não tem software eficiente, e o domicílio tributário, que passou a ser via internet sem o devido esclarecimento ao empresariado, foram outras pautas debatidas na reunião. Quanto a estes tópicos, Berti comprometeu-se a abordá-los em audiência com o secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid.

Quebradeira de empresas e desemprego

Na opinião do vice-presidente de Administração do CRCPR, Marcos Rigoni, "não podemos ir aceitando aumentos de impostos sem questionar. Por que os governos não avaliam e não reduzem seus gastos?". Além desses, os desperdícios, acrescenta Dorgival Lima Pereira, assessor da Fiep. Para Euclides Locatelli, diretor do Sescap-PR, "o grande custo do Brasil é causado pelo desvio de recursos, a corrupção". Afirma Paulo César Nauiack, da Fecomércio, que temos o hábito de criticar os governos, mas não olhamos o peso que o Judiciário e o Legislativo representam às contas públicas. Elizangela Kuhn lembra que as obrigações acessórias a serem cumpridas pelos contabilistas por conta das medidas em pauta gerarão aumentos de custos, que fatalmente terão que ser repassados para as empresas.

Para enfrentar essas medidas indigestas "precisamos de posturas firmes, posicionamentos claros", defendeu o vice-presidente de Controle Interno do CRCPR, Fernando Borazzo Ribeiro. A única forma talvez seja com arma judicial, segundo o diretor da OAB-PR, Fábio Artigas Grillo.

Todos foram unânimes em dois pontos: os governos têm de parar de recorrer a aumento de impostos toda vez que precisam cobrir rombos em suas contas. As recentes medidas vão causar recessão, quebradeira de empresas e desemprego, representando um retrocesso ao desenvolvimento do país.

Valorização da classe

O debate também teve a finalidade de reafirmar aos representantes do empresariado paranaense que os profissionais da contabilidade têm bem mais a oferecer aos empresários do que o papel de simples arrecadadores de tributos, taxas, contribuições, como era no tempo do seu padroeiro, São Mateus, há mais de 2 mil anos. "O que pedimos é que não sejamos nós, contabilistas, os portadores de más notícias aos empresários", diz o vice-presidente de Fiscalização do CRCPR, João Gelásio Weber. "Queremos discutir com as empresas os balancetes, demonstrações e informações que elaboramos e para poder ajudá-las a planejar, crescer e enfrentar adversidades, inclusive conjunturas marcadas por aumentos de impostos como vem ocorrendo no país", finaliza a presidente do CRCPR.

X Encontro Nacional da Mulher

Contabilista será em agosto

Pelo número de inscritos até o mês de janeiro último, o X Encontro Nacional da Mulher Contabilista deve reunir pelo menos dois mil participantes, em Foz do Iguaçu, dos dias 12 a 14 de agosto. O lançamento oficial do evento aconteceu dia 24 de janeiro, no Recanto Cataratas – Thermas Resort & Convention, prestigiado por inúmeras autoridades, entre

Prestigiado por inúmeras autoridades, o lançamento foi dia 24 de janeiro, no Recanto Cataratas – Thermas Resort & Convention.

as quais o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Martônio Alves Coelho; a presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), Maria Clara Cavalcante Bugarim; a presidente do CRCPR, Lucélia Lecheta; a vice-presidente de Fiscalização do CRCSP, Márcia Ruiz Alcazar; o presidente do CRCMG, Marco Aurélio Cunha de Almeida; o presidente do CRCMS, Ruberlei Bulgarelli; a presidente do CRCRJ, Vitória Maria da Silva; Maria de Fátima Moreira, membro da Comissão da Mulher RJ; Maria Luzia da Silveira Rodrigues, da Comissão da Mulher do CRCGO; Marlene Beckhauser, do Sindicato dos Contadores de Foz do Iguaçu; Mauro Kalinke, presidente do Sescap-PR; Nilva Pasetto, da Comissão da Mulher do CRCPR; Valdir Pietrobon, representando a Fenacon; e representantes do Sindicato dos Contadores de Foz do Iguaçu.

Os convidados foram recepcionados pelo presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, pela presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta, e pela presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, Maria Clara Cavalcante Bugarim, que destacaram em seus discursos o importante papel da mulher no desenvolvimento da profissão contábil e da sociedade. O diretor superintendente do CRCPR, Gerson Luiz Borges de Macedo, fez as honras da casa como mestre de cerimônias.

O presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Martonio Alves Coelho, a presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), Maria Clara Cavalcante Bugarim, e a presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta, destacaram em seus discursos o importante papel da mulher no desenvolvimento da profissão contábil e da sociedade.

Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Martônio Alves Coelho.

A comissão organizadora do evento anunciou, na ocasião, o resultado parcial das indicações de participação até o momento: já são mais de mil inscrições efetuadas por profissionais, estudantes e acompanhantes.

Inovação: a criatividade na era digital, liderança feminina, governança e sucessão em empresas familiares, como manter a empregabilidade ante a competitividade do novo mercado da área contábil, mulheres que fazem a diferença. Esses são alguns dos temas que serão debatidos, em palestras e painéis.

Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), Maria Clara Cavalcante Bugarim.

Histórico

Desde o primeiro Encontro Nacional da Mulher, realizado no Rio de Janeiro-RJ (1991), passando por Salvador-BA (1992), Maceió-AL (1999), Belo Horizonte-MG (2003), Aracaju-SE (2005), Florianópolis-SC (2007), Vitória-ES (2009), Caldas Novas-GO (2011) e Santos – SP (2013), a proposta de discutir temas contábeis e de interesse geral, com enfoque principal no universo feminino, consolidou-se e conquistou espaço cativo no calendário de eventos contábeis, tonando-se um dos mais importantes para a classe no País.

Presidente do CRCPR, Lucélia Lecheta.

Tabela é a

Tributo que esse ano está obrigando pelo menos 27,5 milhões de brasileiros a acertar as contas com o Leão, devendo gerar arrecadação de cerca de R$ 30 bilhões aos cofres da União, o Imposto de Renda Pessoa Física é o tema dessa entrevista com o conselheiro do CRCPR Laudelino Jochem, autor, com José Martins, da obra "A Lógica dos Tributos – Fundamentos Históricos e Filosóficos"; e no mês de março, ele e o consultor tributário, Ricardo Alexandre Suchodolak, ministraram palestras sobre o IRPF, promovidas pelo CRCPR, em diversas cidades do Paraná.

Para Laudelino, o impacto do IRPF na vida dos brasileiros se dá por meio da tabela progressiva, que "inicia a tributação, na primeira faixa, com valores muito baixos". São inaceitáveis "os limites baixos de isenção e os percentuais elevados aplicados a rendas relativamente pequenas". É injusto colocar na mesma faixa de tributação "quem ganha 10 mil reais e quem ganha 1 milhão de reais". A solução é corrigir a tabela conforme os índices da inflação; mas como isso não é feito, a perda hoje gira em torno de 64%.

Mas quando se fala em reforma, não só do IRPF mas de todo o sistema, para reduzir a carga tributária, Jochem é taxativo: "o mais importante não é quanto se paga de tributo e sim o quanto se recebe em retribuição. O Brasil é um dos países que menos retribui aos contribuintes".

Os brasileiros estão sofrendo arrocho tributário de todos os lados este ano, vindo da União, dos governos estaduais e municipais. O Imposto de Renda Pessoa Física também impõe alguma dose de aperto?

Via de regra, todos os tributos no Brasil representam arrocho aos contribuintes. O Imposto de Renda, em específico, através da tabela progressiva, inicia a tributação, na primeira faixa, com valores muito baixos e, ao longo dos anos, a incidência do imposto foi cada vez mais alta atingindo rendas menores.

A Idéia de tributar de forma progressiva é bastante coerente, porém o que não se pode concordar é com os limites baixos de isenção e os percentuais elevados aplicados a rendas relativamente pequenas. A tabela deveria contemplar a tributação efetivamente progressiva, porém o que se percebe é que sofrem a mesma incidência quem ganha 10 mil reais e quem ganha 1 milhão de reais, pois todos estão na última faixa de incidência.

Quanto aproximadamente o governo espera arrecadar com o IRPF esse ano?

A Receita Federal do Brasil não divulga a estimativa de arrecadação para o imposto de renda pessoa física. Porém, com base nas arrecadações dos anos anteriores é possível estimar que a arrecadação atinja a marca dos 30 bilhões de reais.

A correção da tabela do IRPF, mais uma vez, deu o que falar. No final, foi corrigida em apenas 4,5%. Qual o impacto dessa medida para os contribuintes?

A Tabela do Imposto de Renda vem sendo corrigida muito abaixo da correção do custo de vida dos brasileiros, o que representa uma enorme perda do poder de consumo e investimento dos contribuintes. Quando se compara o reajuste de 4,5% (correção da tabela do IR) com a inflação de 2014 (6,41%) percebe-se que a política tributária continua sendo a de aumentar ainda mais a arrecadação.

Resgatando o histórico da correção da tabela, ainda existem perdas que não foram recuperadas?

A defasagem da tabela acumulada desde 1996 alcança algo em torno de 64%, segundo estudos realizados pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal – Sindifisco Nacional.

Qual o objetivo do curso sobre IRPF promovido pelo CRCPR?

O CRCPR está sempre atento às principais necessidades de atualização dos profissionais da contabilidade. O Imposto de Renda da Pessoa Física sempre é um tema muito procurado. Assim, o principal objetivo é levar aos profissionais da área conhecimento para que possam realizar um excelente serviço à comunidade em geral.

Quais são as principais novidades da Declaração de Renda Pessoa Física 2015?

O que se percebe com relação ao imposto de renda da pessoa física é que a Receita Federal do Brasil vem cada vez mais fazendo uso de instrumentos e mecanismos tecnológicos que visam simplificar a vida do contribuinte. Para o ano de 2015 é possível consultar junto ao banco de dados da Receita diversas informações para evitar a malha fina e posteriores correções. Embora no ano anterior tal ferramenta já estivesse disponível ela foi ampliada para este ano.

Em quais aspectos o contribuinte precisa prestar mais atenção ao declarar?

Via de regra, o fisco federal já possui em seu banco de dados todas as informações relativas a cada contribuinte pessoa física. Assim, cabe a cada declarante o cuidado para apresentar todas as informações corretamente. Partindo do pressuposto de que um profissional da contabilidade faça muitas declarações, o planejamento e a orientação dos contribuintes podem fazer uma grande diferença em duas circunstâncias: reduzindo o tempo necessário para realizar a declaração e também evitando retificações posteriores.

Na sua avaliação, a declaração pré-preenchida, lançada pela Receita no ano passado, facilita, ajuda em algum sentido?

vilã do IRPF

Na realidade, a declaração pré-preenchida, em algumas situações, agiliza e facilita a vida do contribuinte, pois é possível o acesso a informações valiosas que evitam erros.

Como bem sabemos, qualquer contribuinte pode fazer a sua declaração. Em que situações é recomendável recorrer a um profissional da contabilidade? Qual é o diferencial?

A declaração do imposto de renda pode ser feita pelo próprio contribuinte. Isso não representa que a referida declaração tenha sido realizada de maneira correta, pois existe uma enorme legislação que envolve a tributação da pessoa física. Informações incorretas podem levar a multas e outras penalizações. Desta forma, é sempre recomendado que o ajuste anual do imposto de renda seja realizado por um profissional da contabilidade, pois ele oferece muito mais segurança ao contribuinte evitando aborrecimentos futuros.

Seja fazendo a declaração simplificada que dá o desconto-padrão, em vez da completa, que permite abatimentos de algumas despesas, os contribuintes estão sempre buscando uma alternativa para não pagar imposto ou pelo menos pagar menos. Existe alguma fórmula nesse sentido?

Buscar o caminho da elisão fiscal é direito de cada contribuinte, porém para realizar um planejamento tributário na pessoa física é preciso conhecer com profundidade a legislação pertinente. Não existem fórmulas mágicas. O que precisa ser feito é conhecer bem a situação de cada contribuinte, e, com antecedência, buscar o caminho menos oneroso. O que geralmente ocorre é que o contribuinte só pensa em economia tributária na hora da declaração do imposto de renda, o que na maioria das vezes, já é tarde demais. Quando o planejamento ocorre com antecedência, em muitos casos, é possível pagar menos tributo ou até conseguir alguma isenção.

Com quais órgãos e entidades a Receita pode cruzar informações, atualmente, sem necessidade de autorização judicial, e qual o impacto dessa integração de dados na vida do contribuinte?

A Receita Federal do Brasil recebe informações sobre pessoas físicas de diversas fontes, com destaque para: bancos, cartórios, imobiliárias, detrans, cartões de créditos, seguradoras, hospitais, clinicas médicas, planos de saúde, COAF e principalmente pela emissão da nota fiscal eletrônica dentro do projeto SPED. Toda essa gama de cruzamentos de informações tem como principal finalidade combater a sonegação fiscal. Embora o custo de todo esse aparato possa ser elevado ele se faz necessário para garantir, pelo menos em tese, a justiça tributária.

Embora esses recursos tecnológicos ajudem a prevenir e combater crimes, como evasão de divisas e lavagem de dinheiro, não caracterizariam uma invasão de privacidade? Essa conduta do fisco tem amparo na Constituição?

Embora muito se questione a legitimidade e legalidade de toda essa gama de recursos tecnológicos utilizados pelo fisco no sentido de evitar a sonegação fiscal, evasão fiscal e lavagem de dinheiro, não se pode negar que isso tudo é necessário. Se de um lado pode ocorrer uma certa invasão de privacidade, de outro se evita que montanhas de dinheiro se desviem pelos ralos da evasão fiscal.

Também é certo que o principal dever do Estado é oferecer condições básicas para convivência em sociedade, e, neste sentido, é necessário que todos os recursos tecnológicos sejam utilizados, até porque é uma maneira de proteger os contribuintes idôneos e que recolhem seus tributos em dia.

O vídeo da palestra sobre a Declaração de Renda 2015 está disponível no site do CRCPR nos Temas Contábeis em Debate

http://www.crcpr.org.br/new/content/diaDia/anterior.php?id=1445

Quanto à constitucionalidade desta questão é possível afirmar que, sob o aspecto hermenêutico, em nada fere a carta magna, pois os objetivos últimos desses procedimentos visam a proteção do cidadão e da sociedade.

Além de falar sobre as novidades do programa, a palestra apresenta o passo a passo para o preenchimento dos formulários eletrônicos da declaração.

O IRPF sofreu algumas alterações ao longo do tempo. Que ajustes seriam interessantes ao tributo, hoje, no contexto de uma reforma tributária que o Congresso Nacional poderia, melhor, deveria encabeçar?

Esta é uma questão bastante complexa. Falar em reforma tributária no Brasil não é fácil. Para começar a reflexão é preciso parar de comparar a tributação brasileira com a de outros países, lembrando que essas comparações, quase sempre, não trazem o devido esclarecimento. Usa-se o fato de que, em alguns países, a tributação é quase zero, a exemplo de Andorra, Bahamas (Caribe), Bermuda (Caribe), Ilhas Cayman (Caribe), Bahrein (Golfo Pérsico), Kuwait (Golfo Pérsico), Mônaco (Europa), Nigéria e Burundi (África), Omã (Península Arábica) entre outros. É possível observar que não se tratam de nações comuns. São casos especiais. Há um aspecto peculiar em cada uma delas. São, na sua maioria, monarquias de pequeno território, algumas são pequenas ilhas conhecidas como destinos turísticos, outras como paraísos fiscais. Como se vê, nesses locais a tributação sobre a renda é bem baixa, mas não serve como parâmetro ao Brasil. Cada contexto nacional tem sua peculiaridade, e assim deverá ser analisado.

De outro lado, as maiores tributações de renda se encontram na Dinamarca - 59,74%, Suécia - 56,60%, França - 55,85%, Bélgica - 53,50%, Holanda - 52%, Finlândia - 50,90%, Áustria - 50%, a maioria delas na Europa, que tem sido utilizada como referência cultural, econômica e política para todos os países do mundo. Esses são países desenvolvidos, com excelentes serviços públicos, segundo os dados da OCDE - Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento.

Com base nas informações anteriores é possível afirmar que uma reforma tributária, ou ainda, a reforma do imposto de renda, não significa necessariamente a diminuição da carga tributária. A discussão que precisa ser realizada no Brasil, antes de qualquer reforma tributária, é a questão do ESTADO RETRIBUINTE, pois o mais importante não é quanto se paga de tributo e sim o quanto se recebe em retribuição.

O Brasil é um dos países que menos retribui aos contribuintes e isso precisa ser revisto, pois caso contrário, uma reforma tributária pode, por si só, quase nada representar.

Exame de Suficiência e Exame de Qualificação Técnica: entenda as diferenças

O Conselho Federal de Contabilidade é responsável pela aplicação de dois exames aos profissionais da área contábil: o Exame de Suficiência e o Exame de Qualificação Técnica (EQT). Saiba a quem são dirigidos e as principais diferenças entre eles:

• Exame de Suficiência – Com base nos conteúdos programáticos utilizados nos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis e de Técnico em Contabilidade, esta prova destina-se a comprovar a aquisição de conhecimentos médios por parte dos bacharéis em Ciências Contábeis e dos técnicos em contabilidade.

• Exame de Qualificação Técnica – As provas do EQT – Qualificação Técnica Geral, Específica para o Banco Central do Brasil (BCB) e Específica para a Superintendência de Seguros Privados (Susep) – avaliam o conhecimento e a competência técnico-profissional dos contadores que pretendem atuar como auditores independentes nas organizações reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo BCB e pela Susep e obter o registro no Cadastro Nacional dos Auditores Independentes (CNAI) do CFC.

A quem se destinam?

• Exame de Suficiência – A prova que visa à obtenção de registro na categoria de contador pode ser feita por bacharéis e estudantes do último ano do curso de Ciências Contábeis. Já para o registro na categoria de Técnico em Contabilidade, a prova pode ser prestada por aqueles que já concluíram o curso de Técnico em Contabilidade.

• Exame de Qualificação Técnica – Aos contadores regularmente registrados no Conselho Regional de Contabilidade de sua jurisdição, que exercem ou pretendem exercer a atividade de auditor independente, como empregado ou sócio de empresa de auditoria ou como autônomo.

Base legal

• Exame de Suficiência – A aprovação no Exame de Suficiência tornou-se requisito para a obtenção de registro nos CRCs com a alteração do Art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295/1946, cuja redação foi dada pela Lei nº 12.249/2010. A regulamentação do exame foi feita pela Resolução CFC nº 1.373/2011 e alterações.

• Exame de Qualificação Técnica – Regulamentado pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC PA 13(R1).

Quem aplica os exames

• Exame de Suficiência – O Conselho Federal de Contabilidade contratou a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) para a aplicação do exame em todos os estados e no Distrito Federal.

• Exame de Qualificação Técnica – O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Comissão Administradora do Exame de Qualificação Técnica (CAE). Essa comissão é composta por membros indicados pelo CFC e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).

Periodicidade dos exames

• Exame de Suficiência – O Exame ocorre duas vezes ao ano, sendo que a primeira edição é aplicada, preferencialmente, no mês de março e a segunda, em setembro. A primeira edição de 2015 terá a aplicação das provas para bacharéis em Ciências Contábeis e técnicos em contabilidade no dia 22 de março.

• Exame de Qualificação Técnica – Deve ser aplicado pelo menos uma vez por ano – ou mais de uma vez, a critério do Plenário do CFC –, em dia, data e hora fixados no Edital pelo CFC. As três provas são aplicadas em dias consecutivos, geralmente, no mês de agosto. A edição de 2015 terá edital publicado no mês de março e as provas ocorrerão de 24 a 26 de agosto.

Conteúdos exigidos

• Exame de Suficiência – Para a prova de técnico em Contabilidade, o conteúdo programático exige conhecimento das matérias: Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Noções de Direito e Legislação Aplicada, Matemática Financeira, Legislação e Ética Profissional, Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade e Língua Portuguesa Aplicada. Para a prova destinada aos bacharéis em Ciências Contábeis, o conteúdo é composto por: Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Contabilidade Gerencial, Controladoria, Noções de Direito e Legislação Aplicada, Matemática Financeira e Estatística, Teoria da Contabilidade, Legislação e Ética Profissional, Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, Auditoria Contábil, Perícia Contábil e Língua Portuguesa Aplicada.

• Exame de Qualificação Técnica – Prova de Qualificação Técnica Geral: Legislação e Ética Profissional; e Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Prova Específica para Atuação na Área de Auditoria nas Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB): Legislação sobre a Profissão Contábil; Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas, editadas pelo CFC; Legislação e Normas do Sistema Financeiro Nacional (SFN); Conhecimento de Operações da Área de Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil e Contabilidade das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Prova Específica para Atuação na Área de Auditoria nas Instituições Reguladas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep): Legislação sobre a Profissão Contábil; Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas, editadas pelo CFC; Normas e Procedimentos Contábeis e de Auditoria Aplicáveis às Entidades Reguladas pela Susep; Conhecimento da Estrutura do Sistema Nacional de Seguros Privados e das Operações da Área de Entidades Reguladas pela Susep; e Contabilidade das Instituições Reguladas pela Susep.

Onde são realizadas as provas

• Exame de Suficiência – As provas são aplicadas em 125 cidades, espalhadas por todos os estados e o Distrito Federal.

• Exame de Qualificação Técnica – As provas são realizadas nas unidades da federação onde existem candidatos.

Fonte: CFC

Restabelecimento de registro sem exame de suficiência

De acordo com a resolução 1.461/2014/CFC, em vigor desde fevereiro do ano passado, a aprovação em exame de suficiência constitui um dos requisitos para a obtenção de registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade, exigência que atinge bacharéis em ciências contábeis e técnicos em contabilidade que concluíram o curso em data posterior a 14/6/2010, além de técnicos que solicitam mudança de categoria para contador.

Diante disso, deixou de ser exigida a aprovação em exame de suficiência para o restabelecimento de registros. Entende o CFC que a regra dos que concluíram o curso em data posterior a 14/6/2010, data da publicação da Lei n.º 12.249/2010, cabe também para a alteração de categoria (de técnico para contador) mas não para quem quer restabelecer o registro.

Prazo para solicitar registro

Os candidatos aprovados na primeira edição do Exame de Suficiência de 2013, mas que ainda não providenciaram seu registro junto aos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) de seus estados têm até dia 18 de maio para fazer a solicitação. A relação dos aprovados foi publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2013. Em caso de dúvidas ligar para (41) 3360-4700, Câmara de Registro.

Programa +Saber começa o ano com agenda intensa

No ano passado, dezenas de cursos, seminários, palestras, sobre temas diversos de atualização profissional, foram ministrados nas principais cidades do estado, alcançando mais de 19,4 mil participantes, entre profissionais e pessoas que trabalham em organizações contábeis e departamentos de contabilidade de empresas. Para esse ano, a programação de educação continuada do Programa +Saber do CRCPR, já em andamento, deve ser ainda mais intensa, informa a vice-presidente da Câmara de Desenvolvimento Profissional do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), Elizangela de Paula Kuhn.

No final de janeiro, Elizangela conduziu na sede do Conselho uma reunião com um grupo de palestrantes dos cursos que o CRCPR oferecerá ao longo do ano de 2015. O objetivo do encontro foi discutir as necessidades profissionais dos contabilistas e seus colaboradores, conforme indicam as pesquisas de satisfação realizadas regularmente pela entidade, bem como suas expectativas em relação aos cursos, palestras e eventos regularmente oferecidos em todo o estado. Para que os temas oferecidos contribuam efetivamente com a prática contábil precisa haver interação entre os palestrantes e o público, ressalta Elizângela.

Além da vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, participaram da reunião o conselheiro do CRCPR Laudelino Jochem, e os palestrantes Sílvia Maria Porfírio, da Labor Fisco Editora e Treinamentos, Diogo Loureiro, Wilson Galdino, Daniel de Oliveira e Ricardo Alexandre Suchodolak.

Agenda de eventos

Para se manter informado sobre a programação oferecida e participar, é só consultar no site do CRCPR, em Desenvolvimento Profissional, http://www.crcpr.org.br/new/content/eventos/agenda.php a agenda de eventos, por categoria, cidade, mês. A inscrição pode ser feita online.

Vários eventos foram realizados em fevereiro, como o seminário sobre Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF, palestras sobre O papel do Coaf na prevenção da lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e o Programa Empresa Fácil, da Junta Comercial do Paraná; o curso Procedimentos contábeis e fiscais para encerramento das demonstrações contábeis: 2014, que entrou também na agenda de março; e, para maio e junho, está programado o curso As novas exigências e o impacto no dia a dia do profissional da contabilidade. Esses são eventos confirmados, mas outros ainda podem ser programados.

A palestra Bloco K, dia 29 de janeiro, no auditório do CRCPR, tratou sobre a alteração no SPED Fiscal, com exigências fiscais aos estabelecimentos industriais ou a eles equiparados pela legislação federal e os atacadistas quanto à informação de estoques e produção.

A palestra "ECF – Escrituração Contábil Fiscal", também dia 29, teve por objetivo preparar os participantes para o cumprimento da nova obrigação.

Já a palestra Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF (4 de fevereiro), teve a finalidade de proporcionar aos participantes o aperfeiçoamento dos conhecimentos quanto às obrigatoriedades, penalidades e procedimentos relativos à geração, validação e conferência da DIRF. Esta palestra faz parte do programa Temas Contábeis em Debate e está disponível em vídeo no site do CRCPR.

O curso Procedimentos Contábeis e Fiscais para Encerramento das Demonstrações Contábeis 2014, que aconteceu na manhã do dia 25 (quarta) em Curitiba, no Conselho Regional de Contabilidade (CRCPR), lotou o auditório da entidade.

Gente que Conta

FIA é agenda de visita de Flávio Arns

No dia 12 de fevereiro, o secretário especial para Assuntos Estratégicos do governo do estado do Paraná, Flavio Arns, visitou o CRCPR para discutir formas de cooperação para melhorar a gestão de empreendimentos do Terceiro Setor e iniciar uma parceria para reforçar a captação de recursos para programas sociais por meio de doações ao Fundo Estadual da Infância e Adolescência (FIA/PR).

Esses recursos permitem às entidades aumentar o número de pessoas beneficiadas e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos. "O contribuinte que opta por fazer doações assegura que parte de seu imposto devido seja aplicado em benefício da sua localidade, em vez de seguir para os cofres do governo federal", disse Arns. O secretário destacou a importância do trabalho voluntário de muitos contabilistas que prestam serviços a entidades assistenciais sem a cobrança de honorários, mas observou que o crescimento do terceiro setor cria a necessidade de profissionalização, que pode ser incentivada com a utilização de parte desses recursos.

Como doar

Pessoas físicas podem destinar até 6% do valor do imposto de renda devido para o Fundo da Infância e da Adolescência (FIA). Já as pessoas jurídicas, até 1%. Até 31 de dezembro de cada ano, o contribuinte pode escolher uma entidade específica para a qual deseja destinar os recursos junto às prefeituras de seus municípios. Uma segunda oportunidade ocorre no preenchimento da Declaração de Imposto de Renda. Estes recursos vão para o FIA/PR, e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca/PR) decide em que políticas, programas e ações de promoção, proteção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente serão aplicados.

CRCPR e FIEP firmam parceria em eventos

A vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, Elizangela de Paula Kuhn e os representantes da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) Simone Marques, assessora da presidência, Débora Regiane Negrello, gerente da Central de Relações com Sindicatos e Coordenadorias Regionais e Alex Vilella, da empresa de software Prosoft, discutiram no dia 17 de novembro de 2014 o fortalecimento da parceria entre as entidades para a realização conjunta de eventos de capacitação em 2015.

Jovem contabilista discute agenda de 2015

Aconteceu no dia 27 de fevereiro, na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), a primeira reunião da Comissão Jovem Contabilista 2015. O coordenador Everaldo Bonsenhor abriu os trabalhos dando boas vindas aos participantes, estudantes de contabilidade de diversas regiões do Paraná: Daniella Novak, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), é a representante Curitiba; Sabrina Muller Coronetti, da Universidade Paranaense (UNIPAR), representa a região de Francisco Beltrão; Bruna Letícia Oliveira Bonvin, aluna do Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu (CESUFOZ), é a representante da região de Foz do Iguaçu; Rafael Cesar Zanini, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), representa o Norte Pioneiro; e Everaldo Bonsenhor Junior, estudante da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), representa Paranaguá e litoral. Os integrantes foram apresentados à coordenadora da Comissão Jovem Contabilista da região Sul, Priscila Propp, de Florianópolis (SC) e discutiram a agenda de trabalho para 2015.

Gente que Conta

Presidente do CRCPR apadrinha primeira turma de Contábeis da FADEP

A primeira turma do curso de ciências contábeis da faculdade de Pato Branco, que colou grau no dia 7 de fevereiro, escolheu a presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta, para patronesse. Para Simone Bebber, da comissão de formatura, a escolha foi motivada "pela importância do CRCPR para a classe contábil e pela humildade e simpatia com que ela trata todos".

Ao discursar, Lucelia contou que a profissão vem lhe proporcionando intensas emoções – desde o primeiro dia como estudante até tornar-se a primeira presidente mulher do CRCPR em quase 60 anos. "É a primeira vez também que sou honrada com essa distinção", disse. "Vai longe o tempo em que nossa profissão se caracterizava por registrar o passado. Hoje, prever o futuro é o nosso principal objetivo, e a arte das ciências contábeis nos dá esse poder". Finalizou ressaltando o dinamismo da profissão e a crescente valorização do saber e da ética.

CRCPR faz balanço de 2014 e avalia novos planos

O Conselho Diretor do CRCPR, formado pela presidente, vice-presidentes e diretor superintendente, realizou uma reunião extraordinária no dia 19 de janeiro para analisar e operacionalizar o plano de trabalho para 2015 e fazer um balanço da gestão em 2014.

"Os desafios em 2014 foram intensos. Aconteceram mudanças tecnológicas que impactaram nas rotinas de trabalho, mas também importantes discussões no plano da governança corporativa. Nossos esforços foram todos para ajudar os contabilistas a entender melhor esse cenário e desempenhar seu trabalho de acordo com as constantes mudanças no ambiente regulatório", comentou a presidente. "Neste ano, os desafios serão ainda maiores, mas os contabilistas poderão continuar contando com nosso empenho", concluiu.

CRCs das regiões Sul e Sudeste discutem ações conjuntas

A reunião aconteceu na sede do CRCSP, no dia 9 de janeiro. O CRCPR foi representado por Lucelia Lecheta, presidente, Marcos Sebastião Rigoni de Mello, vice-presidente, e Gerson Luiz Borges de Macedo, diretor superintendente.

O presidente Claudio Filippi, o vice-presidente de Administração e Finanças Gildo Freire de Araújo e o diretor executivo Cláudio Rafael Bifi, do CRCSP também receberam o vice-presidente Carlos Barcellos Damasceno e a diretora Soleane Souza de Oliveira Viana, do CRCES, o presidente Marco Aurélio Cunha de Almeida e o diretor executivo Mário Rogério Marotta, do CRCMG, o presidente Adilson Cordeiro e o controller Martinho Nunes Santana Neto, do CRCSC, o presidente Antonio Carlos de Castro Palácios e o diretor operacional Ricardo Vitória, do CRCSC, e a presidente Vitória Maria da Silva, o vice-presidente Francisco José dos Santos, o gerente de Recursos Humanos Felipe de Almeida Ribeiro e a assistente I Damiana Lopes Delegá Montyjo, do CRCRJ.

Academia homenageia Ponte Dura com Comenda de São Mateus

No dia 13 de dezembro de 2014, a Academia de Ciências Contábeis do Paraná homenageou o contabilista, advogado e economista Waldemar Ponte Dura com a Comenda de São Mateus, por sua dedicação às causas da classe contábil paranaense. Ele começou seu histórico de trabalho pela classe no Sindicato dos Contabilistas de Curitiba (Sicontiba), do qual foi secretário por três gestões; foi secretário da Federação dos Contabilistas do Paraná (Fecopar). De janeiro de 1992 a dezembro de 2003, foi conselheiro do CFC, onde participou de inúmeras comissões de trabalho. "Entendo que contribuí sempre e muito para com a classe contábil brasileira e, notadamente, a paranaense, pois participei ativamente de todos os trabalhos e comissões dentro do CFC. Sempre procurei exercer as minhas atribuições de conselheiro como um representante do Paraná", afirmou ao comentar a homenagem recebida.

Palestra abordou o papel do COAF
e as leis de prevenção à lavagem de dinheiro

"O papel do COAF na Prevenção à Lavagem de Dinheiro e do Financiamento do Terrorismo e a Resolução CFC nº 1.445, de 2013" foi o tema da palestra ministrada dia 5 de fevereiro, às 14h, no auditório do CRCPR, aos profissionais da contabilidade. Especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Rochelle Pastana Ribeiro, coordenadora geral de análise estratégica do COAF, falou sobre a estrutura do órgão, o processo de recebimento e análise das comunicações de operações financeiras e de elaboração de relatórios de inteligência financeira.

Ela explicou que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) foi criado no âmbito do Ministério da Fazenda pela Lei 9.613, de 1998, com a missão de receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas; comunicar às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis nas situações em que o Conselho concluir pela existência, ou fundados indícios, de crimes de "lavagem", ocultação de bens, direitos e valores, ou de qualquer outro ilícito; coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores; disciplinar e aplicar penas administrativas.

Resolução do CFC 1.445/13

Segundo o Coaf, os crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo geralmente envolvem múltiplas transações, usadas para ocultar a origem dos ativos financeiros obtidos de maneira ilícita. Assim, é importante que os diversos setores econômico-financeiros adotem mecanismos prudenciais, buscando evitar que sejam utilizados para encobrir atividades ilícitas.

Pela Lei nº 9.613/1998, pessoas físicas ou jurídicas que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, nas operações de compra e venda de imóveis, gestão de fundos, abertura ou gestão de contas bancárias, de criação de sociedades de qualquer natureza, financeiras, societárias ou imobiliárias, entre outras, devem comunicar as operações suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Na ausência de controles adequados para detectar esses comportamentos, os setores obrigados não apenas colocam em risco a sua reputação, mas também tornam vulnerável o ambiente de negócios e a comunidade em que atuam.

Nesse contexto é que foi publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade a Resolução 1.445/13, que prevê normas e procedimentos a serem observados pelos profissionais e organizações contábeis, quando nos exercícios de suas funções, atendendo as mudanças trazidas pela Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, que alterou a Lei n.º 9.613/1998.

De acordo com a palestrante, as informações dos profissionais da contabilidade ao COAF apenas reforçam informações de vários setores que também estão obrigados a comunicar, caso dos bancos. Além disso, elas se concentram em um ponto: movimentação de dinheiro vivo sem comprovação de origem.

O vídeo da palestra sobre o papel do Coaf está disponível no site do CRCPR nos Temas Contábeis em Debate
http://www.crcpr.org.br/new/content/diaDia/anterior.php?id=1444

Fiscalização de 2015 começa pelas regiões de Campo Largo, Umuarama e Loanda

No ano passado, o departamento de fiscalização do CRCPR realizou quase três mil diligências em organizações contábeis (sociedades e escritórios individuais), empresas não-contábeis, órgãos públicos, instituições financeiras, entidades sem fins lucrativos, verificando se a contabilidade desses entes vem sendo realizada de acordo com os princípios da contabilidade, a legislação e as Normas Brasileiras da Contabilidade. Os planos de trabalho para esse ano devem superar esse número.

A fiscalização começou pelas delegacias de Campo Largo, Umuarama e Loanda, jurisdições que compreendem 34 municípios. Na região de Campo Largo: Balsa Nova, Bateias, Porto Amazonas. Na região de Umuarama: Alto Paraíso, Alto Piquiri, Altônia, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Guaiporã, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Lovat, Maria Helena, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tuneiras do Oeste, Xambrê. Na região de Loanda: Diamante do Norte, Itauna do Sul, Marilena, Nova Londrina, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, São José do Ivaí, São Pedro do Paraná, envolvendo cerca de mil profissionais e 228 organizações contábeis.

Expansão da Fisc-e

Nas três regiões está sendo aplicada a fiscalização eletrônica. A intenção do CRCPR é expandir essa modalidade, cuja implantação começou no Paraná em 2012, regulamentada pela Resolução CRCPR nº 712/2011, seguindo as mesmas exigências da fiscalização presencial, com a verificação dos contratos de prestação de serviços, DECORES, escrituração contábil regular das empresas, o perfil dos executores de serviços contábeis, etc, mas com dispensa da presença do fiscal nos escritórios e nas empresas.

A fisc-e traz grande economia para os cofres do CRC. Ela tem início com o envio de um e-mail aos contabilistas da região fiscalizada informando um número de agendamento e que o seu acesso ao sistema está liberado no site do CRCPR por meio de uma senha. O e-mail contém todas as informações necessárias para iniciar o processo de fiscalização eletrônica e o próprio sistema vai levando o usuário a preencher os formulários.

Quando o profissional completa o processo, começa a fase de análise do material fornecido. Esse trabalho de verificação é feito internamente pela equipe de fiscalização. Num segundo momento, a um percentual de empresas indicadas pelos profissionais, escolhidas aleatoriamente, é solicitado, também por e-mail, um conjunto de informações e documentos sobre sua contabilidade, contratos de prestação de serviço e DECORE. A visita do fiscal só acontece em casos de necessidade.

Abertura

De qualquer forma, antes de fiscalizar em uma determinada região, o CRCPR informa sobre a programação, promove solenidades públicas abertas aos profissionais e à população local. Nessas oportunidades, membros da diretoria do CRCPR e especialmente das Câmaras de Ética e Disciplina e de Fiscalização explicam os objetivos da fiscalização e como ela é feita. "Em resumo, é um trabalho mais de orientação com a finalidade de proteger a sociedade e os bons profissionais", explica o vice-presidente administrativo do CRCPR, Marcos Rigoni de Mello.

O vice-presidente administrativo Marcos Rigoni de Mello e o gerente de fiscalização Dirceu Zonatto conduziram os eventos nas três localidades. Em Campo Largo, contaram com o apoio do conselheiro João Gelásio Weber, vice-presidente da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina, do delegado do CRCPR, Edu Luiz Novelli Rossoni, e do presidente da ACCL, João Augusto Carloto dos Santos. Em Umuarama, participaram o conselheiro Roberto Aparecido Santos, representando a Câmara, e o delegado do CRCPR, Reynaldo Struckel. Já em Loanda, estava presente o conselheiro Osvaldo Santos.

Em Campo Largo, a abertura da fiscalização ocorreu dia 20 de fevereiro, às 19 horas, na sede da Associação dos Contabilistas de Campo Largo (ACCL), coordenada pelo vice-presidente da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina, João Gelásio Weber, o delegado do CRCPR, Edu Luiz Novelli Rossoni, e o presidente da ACCL, João Augusto Carloto dos Santos.

Em Umuarama, o evento aconteceu às 14 horas do dia 22, quinta, na Sede do Sindicato dos Contabilistas de Umuarama (SINCOUMA) com apresentação do vice-presidente de Administração, Marcos Rigoni de Mello, o gerente de Fiscalização Dirceu Zonatto, o conselheiro Roberto Aparecido Santos e o delegado do CRCPR, Reynaldo Struckel.

Em Loanda, a abertura da fisc-e foi dia 23, às 9 horas, no auditório da câmara municipal. Coube ao vice-presidente de Administração, Marcos Rigoni, e ao conselheiro Osvaldo Santos apresentar os objetivos da fiscalização do CRCPR.

Programa Empresa Fácil é tema de palestra no CRCPR

Quem tem dúvidas sobre o funcionamento do Programa Empresa Fácil pode esclarecê-las nos eventos de divulgação que a Junta Comercial do Paraná vem realizando, no estado, a exemplo da palestra ministrada, no último dia 27 de fevereiro, no auditório do CRCPR.

O Empresa Fácil foi lançado em dezembro do ano passado, em Londrina, pelo governador Beto Richa e o presidente da Junta Comercial do Paraná (Jucepar), Ardisson Akel. Segundo o instrutor Rick de Miranda Fonseca, que o apresentou no CRCPR, trata-se de um portal (www.empresafacil.pr.gov.br) , por meio do qual os usuários podem efetuar a abertura de empresas que não requerem complexidades – cerca de 85% dos processos de constituição de novos negócios no estado. O portal contém um passo a passo para apoiar o empreendedor durante o início do processo de abertura de empresa, tornando o procedimento didático e instrutivo. O usuário pode acompanhar, pela internet, o andamento da solicitação de registro da empresa.

Empresa Fácil

A ferramenta, que promete formalizar uma empresa em tempo recorde – dois a cinco dias -, atende as necessidades de empresas dispensadas de vistoria prévia dos órgãos responsáveis pela fiscalização e licenciamento, como Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Meio Ambiente. Numa segunda etapa, será feita a implantação de um sistema de geração de documentos pré-padronizados, para facilitar a comunicação com a Receita Federal e a Secretaria da Fazenda.

Palestra foi dia 27 de fevereiro, no auditório do CRCPR.

Vice-presidente de Relações Sociais do CRCPR, Narciso Doro, e o presidente da Jucepar, Ardisson Akel (à esquerda). Secretária da Jucepar, Libertad Bogus, e o palestrante Rick de Miranda Fonseca (à direita).

Revista do CRCPR publica

cinco artigos técnicos

Está disponível para leitura e pesquisa a edição 169 da Revista do CRCPR. No editorial, a presidente do CRCPR, Lucelia Lecheta, manifesta sua indignação - que reflete o sentimento de toda a sociedade - quanto ao descompasso da diretoria da Petrobrás frente às modernas práticas de Governança Corporativa, cuja aplicação, já adotada em empresas e governos de todo o mundo, poderia ter evitado tamanhos desvios de conduta e de recursos que vêm sendo trazidos à luz pelas investigações decorrentes da Operação Lava Jato.

Neste número encontram-se publicados os seguintes artigos:

>> "Terceiro Setor: esperança de fortalecimento social da sociedade" (Celso Ranchuca e Vicente Pacheco).

>> "Um estudo sobre a organização e o desenvolvimento do processo orçamentário em uma distribuidora de insumos agrícolas" (Elisandrea Ruppel e Regiana Bocianoski).

>> "Custo operacional e financeiro da manutenção do estoque em uma importadora" (Paulo Moreira da Rosa).

>> "Era digital: um estudo da percepção dos contabilistas do estado do Paraná sobre a influência da tecnologia da informação nas rotinas contábeis" (Micheline Paitra Alves dos Santos e Márcia M. dos Santos Bortolocci Espejo).

>> "Implantação de controle de estoque e análise dos custos e da sazonalidade dos laticínios em uma microempresa (confeitaria)" (Marco Antônio Rodrigues e Mônica Adriana da Silva Rodrigues).

Acesse a página da revista no link http://revista.crcpr.org.br/

Ardisson Akel

permanece na Jucepar

Prestigiada por representantes da classe contábil, entre os quais o vice-presidente do CRCPR, Marcos Rigoni de Mello, autoridades contempladas no colégio de vogais e ligadas ao governo do estado, a solenidade de posse da nova diretoria da Junta Comercial do Paraná (Jucepar) para a gestão 2015-2018, ocorreu dia 3 de fevereiro, na sede da autarquia, em Curitiba. O empresário Ardisson Naim Akel continua à frente da presidência e o contador Valdir Pietrobon, diretor político parlamentar da Fenacon, assumiu a vice-presidência. O novo vogal representante da classe contábil é o contador Mauro Luís Moreschi e João Gelásio Weber o suplente.

Representando o Estado, a secretária da Administração e da Previdência, Dinorah Botto Portugal Nogara, afirmou na ocasião que o governo preza pelo desenvolvimento de instituições mais flexíveis e inovadoras. Darci Piana, presidente da Fecomércio, destacou o desafio da nova gestão: "A missão é nobre e espinhosa, especialmente pela dificuldade de espaço. Lutaremos com as demais entidades, por um ambiente maior. Temos esperança de que até o fim do mandato teremos uma nova sede e uma Junta moderna para atender aos nossos empresários, conforme a classe merece". O presidente da Fenacon, Mário Elmir Berti, cumprimentou a nova diretoria e reafirmou a parceria da federação com as entidades ligadas ao setor empresarial.

Mauro Moreschi é o novo vogal pela classe contábil e João Gelásio Weber é o vogal suplente.

João Henrique é o novo presidente do SINCOUMA

A posse da nova diretoria do Sindicato dos Contabilistas de Umuarama – SINCOUMA aconteceu dia 5 de fevereiro, no Pellarigos Centro de Eventos. A solenidade contou com a presença do vice-presidente de Administração e Finanças do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR) e do presidente da Federação dos Contabilistas do Paraná (Fecopar), Divanzir Chiminacio, entre outras autoridades.

A crise na Petrobrás foi o tema do discurso do vice-presidente do CRCPR, Marcos Rigoni: "sem respeito nenhum às normas, princípios contábeis e à ética, dando mau exemplo aos demais gestores públicos, a maior empresa do país, a Petrobrás, hoje foco das atenções, em todo o mundo, acaba de publicar o balanço do terceiro trimestre de 2014, depois de dois meses de atraso, sem nenhum indicador que possa ajudar a esclarecer os fatos que vêm sendo investigados pela Operação Lava Jato", disse.

Devanir Zanatta assume o SINCOPAR

A solenidade de posse da nova diretoria do Sindicato dos Contabilistas de Paranavaí – SINCOPAR foi dia 6 de fevereiro, na sede da Associação Comercial e Empresarial de Paranavaí (ACIAP).

Em seu discurso, o novo presidente, Devanir Antonio Zanatta, reiterou o compromisso da entidade com a ética e com a continuidade dos investimentos em educação continuada e na valorização da mulher na profissão e na aproximação com estudantes de contabilidade, visando melhorar a formação de novos profissionais e sua preparação para o mercado de trabalho.

O vice-presidente do CRCPR, Marcos Rigoni, falou em nome da entidade. Disse que o momento pós-eleitoral do país não é dos melhores, com aumento de impostos, crescimento da insatisfação popular, baixa perspectiva de crescimento econômico, mas não podemos desanimar e os sindicatos em particular têm a sua dose de responsabilidade como instrumentos de transformação, abraçando causas que podem trazer avanços à classe e à sociedade.

Rodirlei Oliveira é empossado na presidência do Sincoeste

A posse da nova diretoria do Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade de Toledo e Região (Sincoeste) para o biênio 2015/2016 aconteceu na noite de 27 de fevereiro, em Toledo (PR). O CRCPR foi representado na cerimônia pela presidente Lucelia Lecheta, pelo conselheiro da Câmara de Ética e Disciplina, Ivo Destefeni, e pelo delegado local, Rogério da Silva Oliveira. Também participou o presidente da Federação dos Contabilistas do Paraná (Fecopar), Divanzir Chiminacio, e estiveram presentes representantes de sindicatos e entidades da classe contábil de diversas cidades paranaenses.

"Neste nosso mandato, vamos trabalhar com afinco para viabilizar a capacitação profissional, para alcançar, cada vez mais, visibilidade e o reconhecimento da nossa classe, mostrando a preocupação em fortalecer esta grande família, que é a dos Profissionais de Contabilidade, e demonstrar que a entidade está comprometida com os seus associados e preocupada com a qualidade dos serviços que estes associados prestam à comunidade" disse o novo presidente, Rodirlei Oliveira, no discurso de posse.

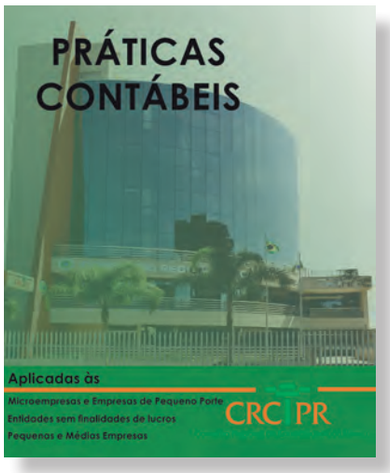
Toma posse nova diretoria do Sincovel

A valorização do contabilista e sua integração às forças da sociedade organizada regional foram a tônica dos discursos da solenidade de posse de Sidnei Mazutti como presidente do Sindicato dos Contabilistas de Cascavel e Região (Sincovel), dia 28 de fevereiro.

O evento foi prestigiado por várias autoridades e líderes classistas, como a presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), Lucélia Lecheta, o presidente da Federação dos Contabilistas do Paraná (Fecopar), Divanzir Chiminacio, o diretor político parlamentar da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) e vice-presidente da Junta Comercial do Estado do Paraná (Jucepar), Valdir Pietrobon, o deputado estadual Adelino Ribeiro e o presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná (Sescap-PR), Regional Cascavel, Michel Lopes.

Obra é recomendada para elaboração das demonstrações contábeis

Lembrando que as empresas estão se preparando para fazer as demonstrações contábeis de mais um exercício, o vice-presidente da Câmara Técnica do CRCPR, Moisés Antônio Bortolotto, ressalta que elas sejam elaboradas "inteiramente de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e os aspectos contemplados na convergência às normas internacionais, as IFRS". Ele recomenda aos profissionais da contabilidade a consulta ao livro "PRÁTICAS CONTÁBEIS Aplicadas às Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ITG 1000) e Entidades sem Finalidades de Lucros (ITG 2002)", publicado no final de 2013, disponível para download no site do CRCPR, em publicações, http://www.crcpr.org.br/new/content/download/2014_02_05_praticas_contabeis_pme.pdfA



A obra traz todas as informações necessárias para esse trabalho: definições, os aspectos qualitativos das demonstrações contábeis, como reconhecer e mensurar de forma confiável o Ativo, o Passivo, o Patrimônio Líquido, o Resultado, a Receita e a Despesa; o detalhamento dos diversos tipos de demonstrações contábeis, com a apresentação de modelos de documentos para a contabilidade das PMEs, MP/EPP e Entidades sem Finalidades de Lucros.

São conceitos derivados de normas e legislações, como as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade de números 750/93 (Princípios de Contabilidade);1.185/09 (NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis); 1.255/09 (NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas); 1.330/10 (ITG 2000 – Escrituração Contábil); 1.376/11 (NBCTG – Estrutura Conceitual); 1409/12 (ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros) e a 1418/12 (ITG 1000-Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), as quais tratam, entre outros aspectos, sobre a elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Resolução CFC 1.390/12, que trata do registro cadastral das organizações contábeis com modelo de contrato social, e o Código de Ética Profissional do Contador (Resolução CFC 803/96), são igualmente reproduzidos, assim como as resoluções CFC 1457/13 (altera a 987/03 dispondo sobre a obrigatoriedade do contrato de prestação de serviços) e a resolução 1453/13 (com alterações sobre o Registro Cadastral das Organizações Contábeis) e atualização do Modelo de Comunicado Formal feito ao cliente da obrigatoriedade do registro dos livros contábeis, segundo a IN 11 do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI.

Além das demonstrações, aborda também outros conteúdos, como o registro de operações, função e funcionalidade das contas, como fazer a escrituração contábil digital, como formalizar os livros contábeis, modelo de comunicação formal da obrigatoriedade do registro de livros contábeis, prazo prescricional de guarda de documentos, tabela de obrigações acessórias, como arquivar as demonstrações na Junta Comercial, os principais tipos de sociedades com modelos de contratos sociais e o passo a passo para o registro.

O livro, que está passando por constantes atualizações, conforme a evolução das Normas Brasileiras de Contabilidade, não contempla ainda as alterações introduzidas pela NBTG 26 (R2) Apresentação das Demonstrações Contábeis, uma vez que só serão exigidas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

Demonstrações Contábeis Obrigatórias

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL	ME/EPP (ITG 1000)	PMEs (NBC TG 1000)	ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCROS (ITG 2002)	EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO PORTE (IRFS COMPLETO)
Balanço Patrimonial	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Resultado	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Resultado Abrangente	Facultativo	Pode ser substituída pela DLPA	Não Exigido	Obrigatório
Demonstração de Lucros (Prejuízos) Acumulados	Facultativo	Facultativo	Não Exigido	Não exigido
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Facultativo	Pode ser substituída pela DLPA	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Facultativo	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Valor Adicionado	Facultativo	Facultativo	Facultativo	Obrigatório
Notas Explicativas	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório

A regra geral aplica-se a todas as empresas, exceto às S.A. de capital Aberto. Nos casos em que as ME/EPP e PMEs não optarem pela adoção da ITG 1000 e NBC TG 1000, respectivamente, deverão seguir a regra geral.

ME e EPP – Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Para fins de aplicação da ITG 1000, entende-se como "Microempresa e Empresa de Pequeno Porte" a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou o empresário a que se refere o Art. 966 da Lei n.º 10.406/02, que tenha auferido no ano calendário anterior, receita bruta anual até os limites previstos nos incisos I e II do Art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06.
Lei complementar 123/06: "Art. 3 º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei n º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011 (Produção de efeitos – vide art. 7º da Lei Complementar nº 139, de 2011) :
I - no caso da microempresa aufira em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011 (Produção de efeitos – vide art. 7º da Lei Complementar nº 139, de 2011);
II - no caso da empresa de pequeno porte aufira em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011 (Produção de efeitos – vide art. 7º da Lei Complementar nº 139, de 2011)".

PMEs - Pequenas e Médias Empresas

O termo de pequenas e médias empresas adotado na NBC TG 1000 não inclui
(i) as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM;
(ii) as sociedades de grande porte, como definido na Lei nº. 11.638/07;
(iii) as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras sociedades cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador com poder legal para tanto.

Pequenas e médias empresas são empresas que: não têm obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.
No Brasil as sociedades por ações, fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis, são tidas, para fins da NBC TG 1000, como pequenas e médias empresas, desde que não enquadradas pela Lei nº. 11.638/07 como sociedades de grande porte. As sociedades limitadas e demais sociedades comerciais, desde que não enquadradas pela Lei nº. 11.638/07 como sociedades de grande porte, também são tidas, para fins da NBC TG 1000, como pequenas e médias empresas.

Vice-presidente da Câmara Técnica do CRCPR, Moisés Antônio Bortolotto

Espaço da Junta

Classe contábil tem novo representante na Jucepar

Mauro Luís Moreschi

Empresário da contabilidade com escritório em São José dos Pinhais, já há algum tempo participo de entidades da classe contábil, de modo mais intenso do CRCPR, onde exerci a função de conselheiro por vários anos, fui vice-presidente de Administração e Finanças e vice de Desenvolvimento Regional, tendo a oportunidade de conhecer a realidade da nossa profissão em todo o estado. Atualmente respondo pela delegacia do CRCPR na jurisdição de São José dos Pinhais, a macrodelegacia da Capital, Região Metropolitana e Litoral e no início do ano aceitei mais um desafio, esse de vogal representante da classe contábil na Junta Comercial do Paraná. Para cumpri-lo, espero contar com o apoio dos colegas.

Importante destacar que a classe contábil é vista com extremo respeito, no âmbito da Junta, pela profundidade do nosso envolvimento com as empresas, uma relação que começa no momento em que elas nascem. Além do CRCPR, no entanto, o colégio de vogais da Junta Comercial do Paraná é formado por representantes do Estado, da União, dos conselhos regionais de Economia, Administração, OAB-PR, das federações das Indústrias-Fiep, da Agricultura-Faep, do Comércio –Fecomércio, de Transportes de Passageiros- Fepasc, das Micro e Pequenas Empresas – Fampepar, de Transporte de Cargas –Fetranspar, das Associações Comerciais e Empresariais –Faciap, Sindicato e Organização das Cooperativas - Ocepar e Associação Comercial do Paraná.

A função dos vogais é analisar os processos de abertura e alteração contratual de sociedades quanto ao cumprimento das exigências legais, exatidão e correção. Aqui concorre papel fundamental dos profissionais da contabilidade. A tendência dos serviços de registro empresarial é a modernização dos procedimentos, a simplificação das burocracias e a integração, já que envolve inúmeros órgãos públicos. O governo federal acaba de lançar o programa "Bem Mais Simples" determinando o fim de exigências que se tornaram dispensáveis com o uso de novas tecnologias. No caso do fechamento de empresa não serão mais exigidas as certidões negativas para dar baixa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). No Paraná, a abertura de empresas que não requerem complexidades já pode ser feita pelo portal Empresa Fácil (www.empresafacil.pr.gov.br) .

Mesmo assim, as atividades da Junta podem sofrer o impacto negativo de processos falhos, formulários com erros, preenchimento incorreto de documentos – o que provoca a devolução para correção e atrasos. Toda atenção nesse aspecto é pouca!

Fale com o vogal

Visando facilitar o contato dos usuários da Jucepar com o vogal relator, foi criado o serviço "Fale com o vogal ". Estarei à disposição nesse canal, lembrando que, nesse caso, os colegas podem dirimir dúvidas apenas com relação a processos em andamento.

Conheça os delegados do CRCPR

Lauri Helfenstein – delegado do CRCPR em Dois Vizinhos

Além de Dois Vizinhos, a delegacia abrange ainda os municípios de Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, São Jorge d'Oeste e Verê, jurisdição onde atuam 182 profissionais com registro ativo e 46 organizações contábeis.

A delegacia fica na Rua Marechal Floriano Peixoto, 52 - Centro.

Contatos: (46) 3536-1575
e-mail: escdelta@win.com.br

Edunei Nunes de Abreu – delegado do CRCPR em Rio Negro

Além desse município, a delegacia abrange também os municípios de Campo do Tenente, Pien e Quitandinha, jurisdição onde atuam 105 profissionais com registro ativo e 37 escritórios.

A delegacia funciona na Avenida Xavier da Silva, 776 – 1º andar.

Contatos: (47) 3642-0640
e-mail: eduneicont@idsul.com.br

César Acácio Dietrich – delegado do CRCPR em Araucária

Além de Araucária, a delegacia abrange também o município de Contenda, região onde trabalham atualmente 228 profissionais com registro ativo e funcionam 44 organizações contábeis.

A delegacia fica na Rua Diógenes Brasil Lobato, 176, Centro.

Contatos: (41) 3642-2269
e-mail: cesar.dietrich@terra.com.br

José Roberto Alamino – delegado do CRCPR em Loanda

Além de Loanda, a delegacia abrange ainda os municípios de Diamante do Norte, Itauna do Sul, Marilena, Nova Londrina, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, São José do Ivaí, São Pedro do Paraná jurisdição onde atuam 155 profissionais com registro ativo e 37 organizações contábeis.

A delegacia fica na Rua Tokyo, 526 - centro.

Contatos: (44) 3425-1719
e-mail: brasil-contabil@uol.com.br

LAUDOS DE AVALIAÇÕES

A CVI elabora laudos de avaliações atendendo o Pronunciamento Técnico CPC 27 com relação a ativos imobilizados para empresas de médio e pequeno porte.

Os laudos da CVI apresentam informações essenciais para a contabilização:

- valores em separado de terrenos e edificações
- vida útil
- valor da depreciação
- vida útil remanescente
- valor residual

CVI 50 ANOS AVALIAÇÕES

Mais informações 41 3078 1212 / cvipr@cvipr.com.br

SIBRAX 20 ANOS SOFTWARE

Há 20 anos nascemos no Paraná. Hoje, com mais de 5.000 usuários em todo Brasil, estamos expandindo, inaugurando uma nova sede, gerando mais empregos.

Desenvolver sistemas simples e atender com agilidade, sempre um passo à frente em inovação, é o nosso compromisso, para que nossos clientes possam desfrutar de segurança e tranquilidade em seus negócios.

SIBRAX SOFTWARE, 20 ANOS

www.sibrax.com.br | 43 3324.2486

SIBRAX Software